

Institutos Fundamentais do Processo Penal

Competência técnica: Legislação Aplicada à Área
Conhecimentos relacionados: Direito Processual Penal

Objetivo Geral

Revisar as bases do processo penal, atualizar sobre as modificações introduzidas pelo legislador e pelos Tribunais Superiores, visitar as bases principiológicas da matéria, passando por conceitos fundamentais do processo, e abordar o amplo terreno prático que vai do início das investigações criminais à formação da *opinio delicti* ministerial e o ajuizamento da ação penal.

Objetivos Específicos

- Realocar o alunado na teoria geral do Processo Penal, tratando das diversas correntes axiológicas, das garantistas às ortodoxas, atualmente em voga na doutrina e jurisprudência;
- Estudar os institutos fundamentais do processo, sob a luz do atual estágio da matéria, sobretudo após a operação Lava-Jato e o Pacote Anticrime;
- Tratar de temas caros ao dia a dia da atividade jurisdicional em matéria processual penal, sobretudo no tocante ao percurso que vai do início das investigações criminais ao oferecimento da denúncia.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura e estudo de casos, via Microsoft Teams.

Conteúdo Programático

- Fontes do Direito Processual Penal
 - ✓ Fonte Material;
 - ✓ Fonte Formal;
 - ✓ Fontes informais.

- Princípios Fundamentais do Processo Penal
 - ✓ Devido Processo Legal e suas dimensões - o conceito de “metaprincípio”;
 - ✓ Princípio da Territorialidade;
 - ✓ Princípio da aplicabilidade imediata das leis genuinamente processual penal;
 - ✓ A questão da ultratividade e da retroatividade das leis processuais mistas;

- ✓ Retroatividade dos atos processuais praticados durante a vigência da lei anterior;
 - ✓ Princípio da Proteção Jurídica ou do “acesso à Justiça”;
 - ✓ Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade – Existe uma diferenciação?;
 - ✓ Princípio da iniciativa das partes;
 - ✓ O Princípio acusatório e a Lei 13.964/2020 (Pacote anticrime);
 - ✓ Princípio do Juiz Natural no Processo Penal;
 - ✓ Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa – Dimensões de um mesmo princípio substancial;
 - ✓ Princípio da Presunção de inocência e a atual visão do STF;
 - ✓ Identidade Física do Juiz.
- Sistemas Processuais
 - ✓ Sistema inquisitivo;
 - ✓ Sistema acusatório;
 - ✓ Sistema Misto.
- Investigação preliminar
 - ✓ Inquérito;
 - ✓ Conceito;
 - ✓ Atributos;
 - ✓ Tema de alta indagação: o contraditório no inquérito policial sob o prisma constitucionalista;
 - ✓ Atribuições no inquérito;
 - ✓ Hipóteses “excepcionais” de produção de prova no inquérito;
 - ✓ O acesso do advogado ao inquérito;
 - ✓ Instauração do inquérito policial;
 - ✓ Identificação Criminal e o pacote anticrime;
 - ✓ Identificação genética;
 - ✓ O ato administrativo de indiciamento;
 - ✓ Conclusão do inquérito;
 - ✓ Arquivamento do inquérito;
 - ✓ A nova sistemática de arquivamento introduzida pelo Pacote Anticrime;
 - ✓ Investigação Criminal pelo MP – O PIC.
- Ação Penal – Teoria Geral
 - ✓ Conceito;
 - ✓ Fundamentos Constitucionais;
 - ✓ As condições da ação no Processo Penal;
 - ✓ A impossibilidade jurídica do pedido no Processo Penal – Causa de extinção da ação ou absolvição sumária?;
 - ✓ A justa causa;

- ✓ A “condição de prosseguibilidade” – O caso do crime de estelionato, modificado pelo Pacote Anticrime;
- Questões atuais controvertidas sobre a ação penal
 - ✓ Princípio da obrigatoriedade da ação penal e os institutos despenalizadores;
 - ✓ SURSIS processual;
 - ✓ Transação Penal;
 - ✓ ANPP – Acordo de não persecução penal;
 - ✓ Ação Penal nos crimes de lesão leve praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.
- O Juiz das Garantias
- Teoria constitucional das provas ilícitas
- A sempre tormentosa diferenciação entre ‘fonte de prova’, ‘meios de prova’, ‘meios de obtenção de fontes de prova’ e os ‘indícios’.

Avaliação

Verificação de aprendizagem, através de seleção randômica de questões na plataforma Moodle.

Bibliografia

- BRASIL. Presidência da República. Código de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 15/07/2021.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15/07/2021.
- DE LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal, 4ª Edição. Editora Juspodivm, São Paulo, 2019.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Nova lei de Abuso de Autoridade. 1ª Edição. Ed. Juspodivm. São Paulo, 2020.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Pacote Anticrime comentado. 1ª Edição. Ed. Gen. Jurídico. São Paulo, 2020.
- MASSOM, Cleber. Direito Penal Esquemático. Vol.1. Parte Geral. Editora Método. São Paulo, 2019.
- Pacote Anticrime. Lei 13.964/2019. De 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 15/07/2021.

Carga horária

Atualização: 14/09/2021	Revisão: 00
-------------------------	-------------

18 horas

Atualização: 14/09/2021	Revisão: 00
-------------------------	-------------